

OS DISCURSOS SOBRE AÇÃO AFIRMATIVA DAS REVISTAS VEJA E ISTO É: O QUE MUDOU ENTRE 1995 E 2013?

Sandra Regina **Sales** – UFRRJ

Gustavo E. **Fischman** – ASU

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

Nos propomos a apresentar e discutir a lógica de argumentação e o posicionamento sobre Ação Afirmativa da *Veja* e da *Isto É*, revistas semanais brasileiras de grande circulação que integram conglomerados midiáticos de grande influência no país, entre 1995 e 2013. Para tal apresentaremos o quadro geral das publicações e os protótipos manejados pela revista. O estudo empregou procedimentos de análise de discurso crítico, tendo como modelo a abordagem tridimensional de Fairclough (1995): estrutura de texto, prática de discurso e prática sociocultural. A pesquisa evidencia importantes tensões discursivas nas revistas *Veja* e *Isto É* sobre as políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior, em especial sobre as cotas.

Palavras-chave: Mídia impressa – Revista Veja – Revista Isto É – Ensino Superior – Ação Afirmativa – cotas

OS DISCURSOS SOBRE AÇÃO AFIRMATIVA DAS REVISTAS VEJA E ISTO É: O QUE MUDOU ENTRE 1995 E 2013?

1 – Introdução

A implantação das políticas de *ação afirmativa* (AA) no Ensino Superior brasileiro e a sua mais conhecida modalidade, as cotas, começaram a ser implantadas no Brasil no início dos anos 2000 a partir de iniciativas pontuais de legislativos e de governos estaduais sob fortes críticas e suspeitas de ilegalidade provenientes de determinados setores da sociedade.

Em 2012, entretanto, dois relevantes eventos foram decisivos para ampliar a aplicação e derrubar qualquer suspeita de ilegalidade das AA. O primeiro evento foi a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade das cotas étnico-raciais no país. O segundo evento foi a aprovação pelo Congresso

Nacional da *Lei de Cotas* 12.711/2012 e sua regulamentação pelo Decreto nº 7.824/2012 que estabelece a reserva de 50% das vagas das 59 Universidades Federais e dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público, em cursos regulares ou da Educação de Jovens e Adultos, combinando os critérios de renda e étnico-racial por região do país.

Embora a Lei 12.711/2012 não alcance as Universidades Estaduais, o Censo Nacional de Educação Superior realizado pelo INEP em 2010 revelou que estas ofereciam proporcionalmente, mesmo antes da aprovação da Lei, o maior número de vagas na modalidade de cotas. Em 2010, das 37 instituições estaduais 24 (64,9%) adotavam a política de cotas, enquanto entre as federais das 58 universidades, 25 (43%) adotavam a política. (PAIXÃO, MONÇORES & ROSSETO, 2012).

O debate sobre as AA teve repercussão na esfera pública brasileira, inclusive na mídia, que mesmo antes da implantação das AA nas universidades já pautava o tema. Nesse trabalho, nos propomos a apresentar e discutir a lógica de argumentação e o posicionamento sobre AA da *Veja* e da *Isto É*¹, revistas semanais brasileiras de grande circulação que integram conglomerados midiáticos de grande influência no país, no período de 1995 a 2013.

Inicialmente foram identificados todos matérias sobre educação publicadas nas revistas². Em seguida foi feita a classificação e a quantificação das mesmas por nível e modalidade de ensino, a saber, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Profissional e Ensino Superior. Os demais artigos foram classificados como educação geral, pois versam sobre dois ou mais níveis de ensino ou sobre diversas temáticas relacionadas a educação sem se relacionar a um nível ou modalidade de ensino especificamente.

No período pesquisado a Revista *Veja* publicou 706 artigos sobre educação. Destes, 25 sobre Educação Infantil, 16 sobre Ensino Fundamental, 25 sobre Ensino Médio, 1 sobre Educação de Jovens e Adultos, 10 sobre Ensino Profissional, 206 sobre Ensino Superior e 423 sobre Educação em geral.

A Revista *Isto É*, por sua vez, publicou uma quantidade bem menor de artigos sobre educação. Foram 401 artigos, dos quais 18 sobre Educação Infantil, 12 sobre Ensino Fundamental, 12 sobre Ensino Médio, 13 sobre Educação de Jovens e

¹ Destacamos que nosso trabalho realiza-se nas matérias publicadas nas revistas impressas. Exclui-se, portanto, artigos publicados nas versões *on-line* e nos blogs de seus colonistas ou colaboradores.

² A pesquisa engloba também a revista *Época*. Neste momento estamos em fase final de coleta e análise dos dados.

Adultos, 5 sobre o Ensino Profissionalizante, 115 sobre Ensino Superior, 226 sobre Educação geral.

Assim, encontramos que em ambas as revistas a grande maioria dos artigos versa sobre temas gerais em educação, seguido de artigos sobre o Ensino Superior, que tem maior incidência nas revistas do que a Educação Básica em seus diversos níveis e modalidade de ensino.

Usamos, ainda, uma codificação aberta, metodologia comparativa para descrever os padrões discursivos (FAIRCLOUGH, 1995): estrutura de texto, prática de discurso e prática sociocultural. Inicialmente lemos os artigos várias vezes, codificando-os abertamente e recodificando-os a medida em que líamos. Coletamos então os códigos em grupos até obter categorias que eram internamente homogêneas e heterogêneas entre os grupos (MILES & HUBERMAN, 1994; STRAUSS & CORBIN, 1998). Estas categorias eram de dois tipos: (1) o contexto sociopolítico mais amplo como discutido nos artigos de pesquisa e (2) os elementos do argumento do artigo de pesquisa. Uma vez desenvolvidas estas categorias, revisamos e recodificamos, conforme necessário, todos os artigos para estas categorias de códigos que criamos. Neste ponto, nossa abordagem foi igual a outras de análise textual, incluindo análise do discurso e análise crítica do discurso. (VAN DIJK, 1988, 1998a). A partir desta análise, surgiram padrões referentes ao discurso da educação superior nas matérias das revistas que apresentaremos a seguir.

2 – A Revista *Veja*

No que tange à Revista *Veja*, chama a atenção o fato da revista ter publicado apenas 12 matérias sobre as cotas nos anos pesquisados: uma 1999, duas em 2003, três em 2004, três em 2005, duas em 2007, sendo uma destas a matéria de capa, uma em 2012 e uma em 2013.

O primeiro dado a destacar na análise das matérias é que a revista, não utiliza expressão Ação Afirmativa, nem quando faz alusões a tais políticas nos Estados Unidos, país no qual o termo é frequentemente utilizado. A revista opta por utilizar o termo cota ou reserva de vagas.

Também merece destaque, presente nas primeiras oito das 12 matérias, a ênfase de que a distribuição das vagas nas universidades brasileiras é injusta. A matéria intitulada “Lugar marcado”, por exemplo, publicada em 1999 ao discutir um

projeto de lei que previa a adoção de cotas para alunos da rede pública, destaca a injustiça de classe ao afirmar que

a proposta do senador é um dos textos de maior nobreza já produzidos em Brasília. Ela toca numa discussão fundamental: a injustiça na distribuição de cadeiras da rede oficial de universidades. A escola pública de ensino fundamental e médio forma três vezes mais alunos do que a escola particular, mas oferece uma qualidade de ensino notadamente inferior e fica com a minoria das vagas nas boas faculdades. Resultado: quem tem dinheiro no bolso e gastou com a educação do filho consegue matriculá-lo na universidade pública, que é de graça e melhor que a faculdade particular. (Veja, 28/07/1999).

Publicada em 2003, a matéria intitulada “Não deu certo”, mesmo criticando o sistema de cotas no vestibular da UERJ, enfatiza a injustiça do acesso à universidade pelo critério étnico-racial

O Brasil das ruas é, em grande parte, negro ou pardo. O Brasil das universidades é quase que integralmente branco. É um dos resultados mais visíveis – e vergonhosos – do apartheid social que ainda vitima os descendentes de escravos africanos. (Veja, 26/02/03

“O grande salto para trás”, publicada em 2005, faz pesadas críticas a Reforma universitária proposta pelo governo, mas ainda assim, destaca a baixa oferta de vagas no ensino superior do país em comparação com outros países:

O Brasil tem um sério, complexo e verdadeiro problema no campo do ensino superior. Em proporção a sua população, é um dos países emergentes com menos gente cursando faculdades.(...) O Brasil tem cerca de 3,5 milhões de pessoas matriculadas em cursos superiores. Isso equivale a 1,9% da população. Na Argentina esse número é de 4,6%, no Chile, de 4,3%, e na Coréia do Sul, de 7,4%. (Veja, 26/01/2005).

Apesar da identificação dos problemas de acesso ao ensino superior, que aliás, é parte da lógica de argumentação utilizada pela revista, as cotas estão longe de ser uma política adequada para resolver tais injustiças presentes na distribuição das poucas vagas disponíveis na universidade brasileira. Nem mesmo a matéria publicada em 1999, quando as cotas ainda não haviam sido implementadas, que louva a

iniciativa do projeto de lei que garantiria cotas para alunos de escola pública e que trata as cotas como alternativa, é plenamente favorável às cotas:

O projeto de cota para a escola pública tenta resolver a distorção da universidade por meio de um atalho. Já é um começo de discussão sobre um tema crucial na injusta sociedade de castas que existe no Brasil. (Veja, 28/07/1999).

A análise das matérias nos permite afirmar que o discurso sobre as cotas foi mudando ao longo dos anos. Se antes de sua implementação estas poderiam se apresentar como uma alternativa, mesmo que paliativa, com o tempo elas foram se tornando uma política “populista”, e suas críticas eram feitas no bojo às críticas ao governo federal ou estadual como é o caso da matéria “Retrato em preto-e-branco” publicada em 2004: “A questão preocupante é que o tema ‘inclusão social’ presta-se como poucos outros a medidas populistas, que podem acabar prejudicando exatamente os potenciais beneficiados pelo sistema de cotas.” (Veja, 21/04/2004).

A matéria destaca, ainda, que medidas populistas são perversas. Para tal utiliza como estratégia discursiva apresentar a fala de um ex-reitor da UERJ, quando este afirma que o corte de renda estabelecido com a mudança da lei estabelecida para o sistema de cotas da UERJ causaria problemas de permanência na universidade aos alunos mais pobres:

Neste ano, entrarão pelo vestibular 5.000 novos alunos – sendo 45% cotistas. Mas a lei não prevê recursos para dar conta das necessidades de alunos que não têm computador em casa, dinheiro para comprar livros e, muitas vezes, nem como chegar à escola. Outra experiência, portanto, fadada ao fracasso. “Não basta garantir o acesso, é preciso dar condições de permanência na universidade. Senão, é perversidade”

O problema maior é que as cotas seriam medidas “populistas” extremamente perigosas, por pelo menos três motivos principais. O primeiro deles tem a ver com dinâmicas internas à universidade. Da forma como estão sendo propostas, tais medidas seriam prejudiciais, pois atingiriam o pilar que sustenta a universidade que é o mérito acadêmico:

É louvável que se procure minorar os estragos causados por séculos de racismo e discriminação. Mas as cotas do jeito que foram estipuladas no Rio não são a melhor forma de fazer isso. Na verdade, trata-se de um regime que cria uma nova forma de

discriminação – a discriminação contra o mérito. (*Veja*, 26/02/2003).

Do mesmo modo, Cláudio Moura Castro, em artigo “A maquiagem do monstro”, escrito em 2004, critica veementemente o projeto do Ministério da Educação de estabelecer cota de 50% das vagas em universidades federais e afirma que a universidade não é o lugar de se fazer “justiça social”. Castro até admite a possibilidade de cotas em alguns casos, que não explicita, mas é ferrenho defensor do mérito intelectual:

A idéia de cotas para os alunos das escolas públicas parece atraente. Mas, na prática, traz problemas graves. O primeiro é de princípio. No ensino superior, sobretudo nas universidades públicas – extraordinariamente caras –, deve reinar o princípio da meritocracia intelectual, no qual pode mais quem sabe mais e sobe mais quem sabe mais. Uma violação à força bruta dessas regras não se faz sem graves prejuízos para uma instituição em que o mérito é fundamental. As soluções apropriadas para o Brasil deveriam ser muito mais complexas e matizadas, em cada caso, fixando-se as cotas em níveis em que a perda de qualidade seja aceitável (há estudos sobre o assunto). (*Veja*, 26/05/2004)

A qualidade da universidade pública é o segundo aspecto que seria profundamente afetado com a implantação das cotas. Embora a tensão acesso/qualidade tenha sido predominante no discurso da *Veja*, a tensão benefício público/benefício privado também se fez presente, ficando explícita na matéria “Não deu certo”:

Decorrem daí dois danos: ao próprio estudante, que não terá uma formação à altura para praticar a profissão que escolheu, e à sociedade, que terá de se haver com profissionais menos gabaritados. Tudo isso acarretará, por fim, mais discriminação. Corre-se o risco do surgimento das expressões “médico de cota” ou “advogado de cota”, para designar profissionais de formação supostamente pouco confiável. (*Veja*, 26/02/2003)

A terceira consequência das cotas que gostaríamos de destacar no discurso da *Veja*, é que tais medidas trariam o risco de provocar o ódio racial no Brasil. Especialmente na matéria de 2007 cuja capa se intitula “Gêmeos idênticos, Alex e Alan, foram considerados pelo sistema de cotas branco e negro. Mais uma prova de

que raça não existe”, a revista toma como mote o caso que teve grande repercussão na Universidade de Brasília, para além de apresentar suas perspectivas sobre raça e racismo no Brasil decretar: “O Brasil, que tinha o privilégio de ser oficialmente cego em relação à cor da pele de seus habitantes, infelizmente corre o risco de ser mergulhado no ódio racial” (*Veja*, 06/06/2007).

Na mesma linha, Lya Luft, colunista da revista, no artigo “Cotas: o justo e o injusto” de 06/02/2008 afirma:

Neste momento, neste nosso país, muito se fala em uma questão que estimula tristemente a diferença racial e social: as cotas de ingresso em universidades para estudantes negros e/ou saídos de escolas públicas. O tema libera muita verbosidade populista e burra, produz frustração e hostilidade. Instiga o preconceito racial e social.

Uma outra marca da lógica argumentativa da *Veja* é que solução para os problemas de acesso a universidade, está fora dela, ou seja, está na melhoria da educação básica como afirma Moura Castro “Melhorar o ensino público básico é a única política que enfrenta o real problema de equidade. Infelizmente, não é uma política de charme, pois seus resultados custam a aparecer” (*Veja*, 26/05/2004).

O próprio Moura Castro completa que “obter justiça social na entrada da universidade é como tentar maquiagem o Frankenstein. Batom, ruge e pó-de-arroz não conseguirão reduzir sua feiúra” (*Veja*, 26/05/2004).

A solução proposta pela revista de envolver a universidade na solução do problema foi publicada no artigo “Cota, sim, mas com mérito” de 19/10/2005. Nele é apresentada a experiência exitosa da universidade Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul que “foi à raiz do problema: montou um programa destinado a melhorar a qualidade do ensino médio no estado”. A universidade, através de testes, ajuda as escolas de ensino médio a encontrarem duas “deficiências” e atua junto aos professores buscando “suprir as lacunas identificadas”. Os resultados, segundo a matéria, “têm sido sido extraordinários”, por impactar, inclusive os cursos mais concorridos: “Hoje, 66% dos estudantes da UFSM vieram do ensino público e 34% dos seus alunos de medicina (mais do que o dobro da média nacional) idem.”

3 – A Revista *Isto É*

No período pesquisado, a Revista *Isto É* publicou apenas 11 matérias que abordaram as AA no ensino superior, sendo uma em 2003, uma em 2004, duas em 2006, uma em 2007, duas em 2008, uma em 2011, duas em 2012 e uma em 2013.

Nas primeiras três matérias publicadas entre o início 2003 e o início de 2006, a revista parecia realizar um movimento de aproximação e de exploração do tema. A primeira “Diminuindo o abismo” de 03/12/2003 foi sobre a inauguração da faculdade Zumbi dos Palmares, considerada a primeira de “inclusão de afro-descendentes da América Latina”. Trata-se de uma instituição privada que foi criada por uma ONG em São Paulo, cuja proposta visava reservar 50% das vagas para negros com mensalidades com custo reduzido.

A segunda matéria “Cota discriminada” de 20/10/2004 começa relatando o caso de um aluno vítima de preconceito por parte de seu professor. Na segunda parte do texto a autora passa a tratar dos desafios financeiros e acadêmicos do processo de implantação das cotas, através do depoimento de representante da administração universitária da Universidade dos Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Na parte final, traz uma perspectiva positiva da experiência de AA da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RJ, através do depoimento de uma liderança do movimento negro.

A terceira “Só para homens” de 19/04/2006 aborda a questão das cotas baseadas no critério de gênero ao noticiar a possibilidade de universidades americanas criarem um sistema de cotas para homens. O autor apresenta argumentos favoráveis a essa política baseado na diversidade, bem como argumentos contrários, mas finaliza o texto com a seguinte afirmação “*A solução, portanto, é a de sempre: estudar o suficiente para merecer os espaços*”, explicitando uma tendência à defesa do mérito como critério para acesso ao ensino superior que se consolida nas matérias publicadas entre a segunda metade de 2006 até o final de 2008. Cabe destacar, que nesse período foram publicadas quatro matérias, uma das quais traz uma perspectiva positiva sobre as AA, mas nas outras três a revista se posiciona claramente contrária numa clara demonstração de mudança de posicionamento da Revista.

A matéria “Qual é a sua cor?” de 12/07/2006 chama a atenção pelo fato de ser a mais longa já publicada sobre ensino superior na revista e não apresentar sequer um argumento favorável a política de cotas nas universidades. As AA são apresentadas como sendo responsáveis pelo “retrocesso no campo do preconceito racial”, por

“sepultar o critério justo da meritocracia” e por provocar “conflito racial com a chancela oficial – conflito que não se viu no Brasil nem na época da escravidão”.

Na mesma linha, “Cotas geram ódio racial” de 28/05/2008, apresenta o depoimento de uma Procuradora do Distrito Federal para defender critérios meritocráticos no acesso ao ensino superior. A entrevistada é a favorável a formas mais leves de AA como os pré-vestibulares para negros e carentes de modo que o acesso ao Ensino Superior não seja alterado com as reservas de vagas.

“Cercos à classe média” de 26/11/2008 repercute o projeto que tramitava no Congresso Nacional sobre as cotas e que originou a *Lei de Cotas* reforçando o posicionamento de que “*Ao separar metade das vagas de universidades federais para alunos de escolas públicas, Câmara pune o mérito e a competência*”.

Em 2011 a *Isto É* muda seu posicionamento em relação às AA e, mais especificamente sobre as cotas, quando a revista adota uma perspectiva positiva sobre tais políticas. Um precedente, entretanto, ocorreu em 2007, com a publicação da matéria “Cotas e Políticas Públicas” publicada em 07/02/2007. A autora, reconhecida liderança do movimento negro, traça um quadro de experiências de AA bem-sucedidas em outros países.

Após 2011 quatro matérias foram publicadas. “Os dividendos do PROUNI – As experiências das primeiras turmas do Programa Universidade para Todos são positivas, mas o projeto precisa de ajustes” de 06/07/2011 mostra uma visão positiva em relação à modalidade de cotas instituída no Programa Universidade para Todos (PROUNI) através do qual o Governo Federal que concede bolsas de estudos integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior.³ Entre outros aspectos positivos, o texto utiliza a estratégia de apresentar os benefícios privados alcançados por integrantes do Programa através de exemplos de pessoas que puderam melhorar a sua situação econômica e realizar seus sonhos. A principal crítica mencionada ao PROUNI é em relação à quantidade de vagas ociosas, pois em um período de seis anos (2005 à 2011) 33% das bolsas ofertadas não foram utilizadas.

“Dilma sanciona a lei de cotas em universidades” de 05/09/2012, comprova a mudança discursiva da revista sobre as AA, agora inclusive no acesso às vagas no Ensino Superior público, que geralmente, geram maior resistência nos grupos contrários às AA do que a implantação de bolsas no Ensino Superior privado. Após

³ Os critérios para acessar ao Programa tem sido alterados desde sua implantação em 2004. Sobre os critérios atuais ver: <http://siteprouni.mec.gov.br/>

quatro anos da publicação das matérias “Cotas geram ódio racial” e “Cercos à classe média” a *Isto É* reviu sua posição e passa a apoiar tais políticas ao fazer uma abordagem positiva sobre o sistema de cotas nas universidades que reservará 50% das vagas de todos os cursos para estudantes que fizeram todo o ensino médio em escola pública. Em segundo plano é mencionada a tensão entre acesso e qualidade, talvez como resquícios da ideia de mérito, quando a revista alerta que a presidente Dilma tem como desafio a conciliação da democratização do acesso às universidades com a manutenção de um bom nível de ensino.

“Universidade com a cara do Brasil” de 26/12/2012 mostra que a política de cotas vem modificando o ensino superior brasileiro apresentando a necessidade da sociedade brasileira enfrentar as disparidades étnico-raciais, ao tencionar uma ideia muito cara aos brasileiros que é a democracia racial.

“Por que as cotas raciais deram certo no Brasil” 10/04/2013 representa a consolidação do padrão discursivo da revista. Como o próprio título revela, a matéria apresenta resultados positivos de tais políticas através de exemplos de jovens negros/as cotistas de universidades públicas e privadas.

Assim, argumentos outrora defendidos pela revista como o de que as cotas resultariam na redução da qualidade de ensino das universidades; de que as turmas ficariam desniveladas, já que os cotistas jamais acompanhariam o nível dos colegas; de que haveria aumento nas taxas de evasão das universidades, dado que negros e pobres beneficiados iriam abandonar os cursos; que os cotistas seriam aprovados com notas muito inferiores aos demais; de que as cotas estimulariam o ódio racial; de que as cotas estimulariam segregação, jamais existente no país, foram questionados e contestados a partir de avaliação dos resultados de 10 anos de execução das políticas de AA.

Até a ideia de que os cotistas não teriam mérito para acessar o ensino superior, tão cara à revista em outra fase, é contestada a partir da narrativa de uma aluna cotista, a primeira da família a entrar na universidade ao afirmar que “As cotas raciais deram certo porque seus beneficiados são sim competentes. Merecem sim, frequentar uma universidade pública e de qualidade.”

A *Isto É*, parece romper com a lógica *crítica*, mantida pela *Veja* até o último artigo publicado no período coberto pela pesquisa. Se ambas as revistas coincidiram em duas primeiras fases que denominamos *exploratória* e *crítica*, a *Isto É* inaugura de maneira tímida uma terceira fase que denominamos *afirmativa*. Uma hipótese

possível é que a *Isto É* teria se rendido às evidências indicadas por pesquisas que os temores apresentados na fase *crítica* não se confirmaram. Entretanto, uma outra, que consideramos também plausível seria que a *Isto É* está investindo em um outro público leitor, que possivelmente adere às políticas de AA e às cotas raciais.

4 – Conclusões

A pesquisa revelou muitas similaridades, mas também muitas divergências entre os discursos de *Veja* e de *Isto É* sobre as AA e sobre as cotas. Entre as similaridades destacamos que ambas estão entre as revistas semanais de maior circulação e reconhecidas como muito influentes na formação da opinião geral da classe média no Brasil.

Ambas revistas coincidem também na tendência sobre a importância da educação para seus leitores. Se uma indicação da importância de uma temática é o tamanho do espaço dedicado a essa, é possível concluir que para *Veja* e de *Isto É* e, conseqüentemente, seu público se importam pouco com a educação. Considerando que as revistas semanais publicam uma média de 56 números por ano, que cada um contém em média 40 artigos, o que significa cerca de 24.000 artigos por ano, a quantidade de artigos sobre educação é pouco significativa em ambas.

Esta tendência é um tanto curiosa tomando em conta que na configuração do *habitus* (BOURDIEU, 1993) da classe média as questões educativas são altamente relevantes. A importância que a classe média atribui a educação é confirmada por pesquisas internacionais (BALL, 2014) e por isso nos parece importante compreender este fato (pouca quantidade de espaço dedicado sobre a educação em uma revista “classe média por excelência” brasileiras). A explicação simples é que a fração da classe média brasileira, leitora das revistas *Veja* e *Isto É* tanto como as próprias revistas não problematizam ou problematizam muito pouco a educação de seus filhos, já que o tema da educação não parece prioritário ou urgente. Nesta perspectiva, a classe média já resolveu as suas necessidades educativas e a educação não aparece como problema a ser atendido.

Uma outra explicação, que nós achamos mais abrangente, é que essas revistas se importam com educação, AA e as cotas., e se importam muito, particularmente com questão do mérito e o acesso a universidade. Nesta consideração *Veja* e *Isto É* publicam comentários e opiniões sobre temáticas educativas somente quando se questiona a ideia da meritocracia educativa, ou mais precisamente a legitimidade dos

“méritos” educativos da classe média brasileira. Antes de nos focar na discussão específica da ideia de meritocracia destas revistas, abordaremos como elas articulam seu discurso educativo.

Todos os artigos sobre educação superior nestas revistas entendiam o que é e como deve ser uma universidade ou faculdade através do que nós conceitualizamos como “tensões educativas” (FISCHMAN & HAAS, 2010), entendidas como relações discursivas simbólicas que são polarizadas quando se utilizam para compreender o sistema de educação superior. A primeira grande tensão que articula o discurso educativo da *Veja* e da *Isto É* se dá entre “qualidade da educação e acesso a educação”. As revistas apresentam a noção da importância de ofertar uma “educação de qualidade” como estratégia para melhorar o nível cultural, produtividade, capacidades do povo brasileiro. Logicamente essa oferta necessariamente deveria levar à expansão do acesso universitário.

A lógica discursiva identificação do problema (falta de educação) e identificação da solução (expansão da oferta educativa) é muito comum no tratamento dos problemas sociais destas revistas: Só que neste caso a solução do problema “expansão” aparece “tensionada” no sentido de ser limitada por uma outra noção: a inevitável perda da qualidade da universidade.

A segunda grande tensão no discurso da *Veja* e de *Isto É* sobre as AA e sobre as cotas polariza sobre quem é o beneficiário direto da expansão do ensino superior. Em outras palavras, se o acesso a universidade oferece benefícios diretos ao estudante individualmente ou se os benefícios serão distribuídos de maneira geral a toda a sociedade. A importância desta tensão é que a decisão sobre quem é o principal beneficiário tem consequências diretas na argumentação sobre quem tem que pagar pela expansão dos estudos universitários.

Neste ponto é importante lembrar que a grande maioria dos estudantes dos cursos mais disputados das universidades públicas brasileiras (entre eles medicina, engenharia, direito, arquitetura, odontologia) vem das classes médias urbanas que estudaram nas escolas particulares e que a grande maioria dos estudantes universitários que vem de famílias de baixa renda tem que fazer grandes esforços para pagar seus estudos em universidades particulares (MACCOWAN, 2005).

Queremos ressaltar a relevância de entender a centralidade da noção de “meritocracia” no discurso da *Veja* e da *Isto É* sobre as AA e sobre as cotas. A análise das matérias mostra claramente que a maior preocupação das duas revistas foi

com o “mérito” daqueles que podem acessar as universidades públicas. Tal “mérito” aferido historicamente por políticas de acesso ao ensino superior público como o vestibular e, mais recentemente, pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é colocado como garantia para a qualidade do ensino. Assim, políticas de acesso diferenciado como as Ações Afirmativas (AA) que, de certa forma, põem em discussão a legitimidade do subsídio público que historicamente o estado brasileiro endereçou para a classe média, tiveram repercussão na *Veja* e na *Isto É*

Nossa análise indica que nos discursos sobre educação superior, AA e as cotas, as tensões principais se associam com uma dicotomia simplificadora de “estado/mercado” sempre presente neste tipo de publicações, mas com especificidade própria. O destaque destas tensões, via de regra, é que a sua racionalidade é aplicada de maneira diferenciada. A racionalidade que explica porque o “estado” tem que subsidiar os estudos universitários da classe média é alterada quando se trata de estender o mesmo benefício para populações historicamente excluídas da universidade.

Nossa pesquisa indica que tanto *Veja* e *Isto É* como seus consumidores têm preferências bem definidas em relação a educação superior ainda que na articulação dos discursos sobre a universidade, AA e as cotas tenham que dar um “jeitinho” para acomodar as tensões que emergem entre as noções de benefício público/privado e acesso/qualidade. Essas tensões discursivas geram um equilíbrio magicamente meritocrático quando a universidade pública atende a demanda dos estudantes de famílias de classe média, e magicamente se desequilibram, numa direção claramente indesejável quando a universidade pública tem que responder as demandas de populações historicamente excluídas.

Uma análise dos artigos isolados poderia concluir que os poucos artigos da *Veja* e *Isto É sobre educação superior* indicam falta de interesse, mas focando no conjunto e no longo prazo, indica que pelo contrário esses artigos geram um discurso consistente que fala bem alto sobre a defesa de privilégios educativos para os consumidores da *Veja* e *Isto É*. O balanço é difícil de sustentar e com nosso trabalho queremos contribuir para que esse discurso supostamente justo e meritocrático seja exposto em todas as suas limitações.

Referências

- BOURDIEU, P. *The Field of Cultural Production*. R. Johnson (ed.), Columbia University Press, New York, 1993.
- Brasil. *Congresso Nacional. Lei 12.711/2012*.
- BRASIL. PROUNI. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/>. Acesso em 15 de maio de 2011.
- HAAS, E. FISCHMAN, G. E. “Nostalgia, Entrepreneurship, and Redemption: Understanding Prototypes in Higher Education” *American Educational Research Journal-SIA* 47 (3), 2010, p. 532-562.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: The critical study of language*. Harlow, UK: Longman, 1995.
- MCCOWAN, T. The growth of private higher education in Brazil: implications for issues of equity, quality and public benefit. **education policy analysis archives**, [S.l.], v. 13, 2005, p. 27. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/132>>. Acesso em 30 de março 2015.
- MILES, M., & HUBERMAN, A. *Qualitative data analysis (2nd ed.)*. Thousand Oaks, CA: Sage. initiatives and the case of affirmative action. *Harvard Educational Review*, 78 (2), 1994, p. 289 - 313.
- PAIXÃO, M., MONÇORES, E., ROSSETO, I. (2011) ‘Ações afirmativas por reserva de vagas no ingresso discente nas Instituições de Ensino Superior (IES): um panorama segundo o Censo da Educação Superior de 2010’, in GEA. *Democratização da educação superior no Brasil: avanços e desafios*, Rio de Janeiro: FLACSO.
- STRAUSS, A., & CORBIN, J. *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.
- VAN DIJK, T. *News analysis: Case studies of international and national news in the press*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1988a.
- VAN DIJK, T. Opinions and ideologies in the press. In P. Garrett and A. Bell (eds.) *Approaches to media discourse*. Malden, MA: Blackwell, 1998b.